



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 389/2021 - SMU PROCESSO ELETRÔNICO nº 93.403/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando **a aquisição de 1 veículo automotor, com adaptação**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 9h do dia 28/04/2022, às 8h50 do dia 11/05/2022;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 11/05/2022**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2021/index.php. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 389/2021 - SMU
PROCESSO ELETRÔNICO nº 93.403/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168,2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando **a aquisição de 1 veículo automotor, com adaptação**, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

1.2. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito o Termo de Referência - Anexo I, assim como todas as especificações neste contidas.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº 141100 – 26.782.0014.2197.0000 – 4.4.50.52 – 157.000.000.

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- 4.1.3.** que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.1.4.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.1.5.** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.1.6.** que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.1.7.** que estejam reunidas em consórcio;

Nota Explicativa: *O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.*

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário e total do item;



6.1.2. Marca, quando for o caso;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

6.2.4. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

7.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

7.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação



exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

7.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

7.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

7.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem **7.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

7.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante o seguinte indicador:

Índice de Solvência Geral (SG) expressado da forma seguinte:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

SG maior ou igual a 1(um)

7.4.2.1. O item **7.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

7.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

7.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

7.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

7.7. A documentação, na fase pertinente, será examinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

7.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM** de acordo com o especificado no **Anexo I**.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- 8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.20.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.21.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.22.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.23.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.23.1.** no país;
- 8.23.2.** por empresas brasileiras;
- 8.23.3.** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.23.4.** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.24.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.25. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.25.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.3. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XI – DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

XIII - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

13.1.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

13.2. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

13.2.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

13.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

XIV - DO CONTRATO

14.1. O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

14.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

14.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

14.4. O contrato terá vigência de 5 (cinco) meses a contar da data de sua assinatura.

14.5. Os objetos entregues pela LICITANTE VENCEDORA, deverá, dentre outros critérios, averiguar o seguinte:

14.5.1. A fiel observância das especificações constantes deste Edital e do Termo de Referência.



DEFEITIVA DE 1117 DE 508A

14.5.2. Constatados quaisquer problemas nos materiais entregues, estes, serão devolvidos à LICITANTE VENCEDORA, que deverá proceder à sua adequação e/ou substituição, no prazo de 30(trinta) dias a partir da data de rejeição do material.

14.5.3. Não serão pagos os materiais que estiverem em desacordo com o especificado.

14.6. A contratação poderá ser rescindida:

I. Por ato unilateral e escrito da SMU, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

14.7. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.8. Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da LICITANTE VENCEDORA, a SMU responderá pelo valor devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela LICITANTE VENCEDORA, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.

XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela SMU ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da SMU.

15.2. A SMU atestará, no documento fiscal correspondente, a execução dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao contratado.

15.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

XVI – DA ENTREGA, DO PRAZO E GARANTIAS

16.1. ENTREGA:

16.1.1. Entrega física:

16.1.1.1. A entrega física do objeto deste Edital será realizada na data e local escolhido pela CONTRATANTE. Junto a entrega do equipamento, deverá ser entregue toda documentação, como:

- a. Manual de Operação contemplando todas as relevantes informações de uso e manutenção;
- b. Ficha Técnica destacando as especificações técnicas, medidas e fornecedores dos componentes empregados;
- c. Data Book com os laudos e testes dos vasos de pressão do equipamento.
- d. Nota fiscal dos implementos e manual.

16.1.2. Entrega técnica:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

I - A entrega técnica do equipamento deverá ser realizada no local de trabalho (CONTRATANTE), onde deverá ser enviado um técnico credenciado pela CONTRATADA para ministrar treinamentos práticos de operação e manutenção básica do equipamento, durante o tempo necessário para transferência de conhecimento por no máximo 10 (dez) dias, permitindo verificar na prática as particularidades exigidas na operação. É imperativo que nesta ocasião, todos os materiais (tintas, microesferas, solventes, etc) estejam presentes, e a equipe de operação previamente formada.

II - Durante o período desta assessoria o técnico capacitará a equipe de operação nas atividades do equipamento, como também orientará a respeito das manutenções preventivas e corretivas necessárias. Ao final deste treinamento, o CONTRATANTE deverá diplomar os funcionários com certificados de conclusão, respectivos a cada funcionário participante do treinamento.

III - Todas as despesas com fretes, entrega técnica e treinamento da equipe deverão estar cobertas na proposta apresentada.

IV - Após a Entrega Técnica, durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá subsidiar (despesas com traslado, hospedagem e alimentação) a assessoria técnica a qualquer tempo (agendamento acordado entre as partes) sempre que o cliente necessitar em até 03 (três) solicitações.

16.2. O objeto adquirido deverá ser entregue no prazo de até **120 (cento e vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho/Ordem de fornecimento.

16.3. O responsável competente para conferir, aprovar e receber o objeto contratado é o funcionário Luciano Augusto da Fonseca “Supervisor de Sinalização Viária”, salvo quando se tratar de materiais, peças e/ou equipamentos solicitado por outras supervisões, observado os arts. 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.4. O objeto deverá ser inspecionado no ato da entrega, sendo rejeitados aquele que não estiver de acordo com o Edital.

16.5. Cabe ao comprador aceitar total ou parcialmente o fornecimento, em vista dos resultados de inspeção visual e independente de ensaios.

16.6. Não será aceito objeto que não esteja adequado para o uso como: peças danificadas, usadas ou quaisquer outras desconformidades em relação ao Edital.

16.7. A SMU reserva-se o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto no Edital.

16.8. GARANTIAS:

I - Deverá ser fornecido um **CERTIFICADO DE GARANTIA** do veículo, funcionamento e construção do equipamento, válido para o prazo mínimo de 2 (dois) anos, constando todas as cláusulas de validade cabendo a CONTRATADA substituir ou reparar, dentro desse prazo, qualquer peça que se tornar imprestável por comprovada falha de material ou defeito de fabricação.

II - Uma vez que comprovado, que quaisquer dos problemas supracitados foram causados por mau uso do equipamento, negligência ou não cumprimento do manual de Operação e Manutenção ao cliente, todas as despesas e custos com substituição dos componentes, viagens e estadias serão por conta da CONTRATANTE.

III - A garantia referente ao compressor, componentes hidráulicos e/ou o que mais houver em partes e peças de terceiros, deverão ser repassadas através dos certificados ou notas fiscais dos próprios fabricantes, cobertos pela rede e assistência técnica local credenciada pelos fabricantes.

IMPORTANTE: As engenharias dos componentes empregados deverão estar enquadradas nos padrões e normas do **INMETRO**.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
XVII - DAS OBRIGAÇÕES

17.1. Da Unidade Requisitante:

17.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da SMU, responsável pela fiscalização do contrato.

17.1.2. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

17.1.3. Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

17.1.4. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

17.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

17.1.7. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto deste Edital.

17.1.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

17.1.9. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

17.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

17.2.1. Entregar, pelo preço contratado, os serviços objeto deste Edital, segundo as necessidades e requisições da SMU.

17.2.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da SMU.

17.2.3. Entregar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

17.2.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

17.2.5. Comunicar imediatamente a SMU, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

17.2.6. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

17.2.7. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a SMU de quaisquer ônus e responsabilidades.

17.2.8. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XVIII – DAS PENALIDADES



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

18.1. Os casos de inexecução do objeto deste **edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

18.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

18.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

18.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

18.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

18.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

18.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

18.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

18.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

19.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

19.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

19.3. O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela SMU, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

19.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

19.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital e contrato, fica a SMU autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

19.4.2. SMU poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

19.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2.**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

19.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

19.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

19.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.7. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

19.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

19.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

22.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM** e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

22.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

22.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

22.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.7. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

22.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.7.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

22.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

22.8. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

22.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF//SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

22.17. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado;

Anexo II – Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo IV - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 389/2021 - SMU

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. REQUISITANTE:

1.1. SMU - Secretaria de Mobilidade Urbana.

2. OBJETO:

2.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de 1 veículo automotor, com adaptação, de acordo com a especificação, quantidade e condições previstas no Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA(S):

3.1. A aquisição visa atender a reconfiguração da frota e adequar as atribuições deste setor às responsabilidades a ele conferida a manutenção de sinalização horizontal (pintura de faixas e sinais regulamentares conforme CTB, bem como outros serviços), que servem para orientação e coordenação no trânsito.

3.2. A aquisição justifica-se devido à grande necessidade de modernização do nosso equipamento bem como a crescente e cada vez mais constante necessidade de manutenção da sinalização horizontal no município, que inclui prioridades pontuais e específicas em avenidas, ruas e cruzamentos, excluídos dos cronogramas definidos nos contratos complementares de sinalização.

3.3. A previsão do quantitativo do objeto descrito baseia-se na demanda atualmente subsidiada por serviços terceirizados.

4. AVALIAÇÃO DO CUSTO:

4.1. Especificações e valores estimados em planilha anexa.

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

5.1. Objeto:

Este documento especifica as características mínimas exigíveis para aquisição de veículo pesado, sendo do tipo caminhão $\frac{3}{4}$, implementado com cabine suplementar para transporte de pessoal e equipamento de sinalização horizontal a frio:

5.1.1 - Descrição geral

I - Veículo automotor

Caminhão do tipo $\frac{3}{4}$, tração 4X2, na cor branca, cabine simples, 0 km, equipado com motor de 4 cilindros em linha, diesel, potência mínima aproximada de 175 cv e 2.600rpm, aproximadamente 3.800 cilindradas, entre eixos 4400mm, rodado dianteiro simples e traseiro duplo, freio dianteiro e traseiro a tambor, tanque de combustível de no mínimo 100 lts, ar-condicionado, vidros verdes, chave codificadora, com rádio AM/FM, sinalizador do tipo “barra de led” na cor âmbar instalado sobre o implemento, Pbt mínimo aproximado de 13.000kg.

II - CABINE SUPLEMENTAR PARA TRANSPORTE DE PESSOAL (IMPLEMENTO):

- Cabine em fibra de vidro reforçada por perfis metálicos
- Plataforma(assoalho) em chapa de aço reforçado com longarinas e travessas



- Pintura seguindo padrão da empresa solicitante.
- Capacidade para 04 ocupantes
- Comprimento da cabine suplementar: 1.040mm
- Porta lado direito e lado esquerdo em fibra de vidro
- Cintos de segurança de 03 (Três) pontos retráteis
- Janelas laterais de manivela com vidros temperados
- Vidro frontal fixo (temperado)
- 04 (quatro) bancos individuais com encosto de cabeça revestido em courvim
- Revestimento interno com painéis frontal / traseiro em fibra de vidro
- Iluminação interna independente
- Fixação da cabine por meio de coxins de borracha
- Campainha de comunicação com motorista
- Extintor de incêndio
- Estribo lateral nas portas
- Climatizador rodoviário

5.2 - Características Técnicas

1. Dimensões aproximadas.

MEDIDAS APROXIMADAS MÍNIMAS EXIGIDAS	
Itens	Dimensões (mm)
Distância entre eixos, aproximada	4.400
Comprimento total (CT) aproximado	6.500
Largura total máxima aproximada	2.690
Altura máxima aproximada	2.700
Balanço dianteiro aproximado	1260
Balanço traseiro (BT), aproximado	1.270
Bitola eixo dianteiro/traseiro aproximada	1750 / 1690
Altura chassi ao solo aproximado	1100
Raio de giro pneu	8.100
Eixo dianteiro até o início da parte útil da plataforma de carga	725

2. Motor.

- N° cilindradas totais (cm³): 4 cilindros / 3.800 cm³;
- Potência mínima (cv) de 175 cv;
- Torque máximo (Nm): 600Nm@ 1.100 a 1.700 rpm

3. Transmissão.

- Manual a cabo, de 6 marchas à frente e 1 à ré;
- Relação de marchas: 1^a 6,19: 1
última 0,78: 1
ré 5,69: 1

4. Eixo Traseiro Motriz.

- DANA / S-130;



- Relação de redução: 4,10:1

5. Suspensão.

- Suspensão dianteira – molas parabólicas, amortecedores hidráulicos telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora;

- Suspensão traseira pneumática – eixo rígido com molas parabólicas de duplo estágio – amortecedores hidráulicos telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora;

6. Pesos.

- Eixo traseiro: 7.100kg;

- Eixo dianteiro: 3.600kg;

- PBT (técnico/legal): 10.700kg;

- Carga útil (técnico/legal): 7.350kg;

7. Chassi.

- Tipo: modular com longarina simples, com drop e perfil “U” constante na plataforma de carga. In500

8. Freios.

- Freio de serviço: dianteiro/traseiro – ar, tambor com ABS e EBD;

- Freio de estacionamento: câmara de molas acumuladoras;

9. Rodas e pneus.

- Tipo: aço;

- Aro das rodas: 6,5” x 17,5”;

- Pneus: 235/75 R17,5.

10. Volume de abastecimento.

- Capacidade do tanque de combustível: 100 litros;

- Material do tanque: plástico;

- Arla: 16 litros;

11. Sistema elétrico.

- Tensão nominal: 24 V;

- Bateria: 2x (12V – 100Ah);

- Alternador: 28V – 80A.

12. Pintura.

- O caminhão deverá ser entregue na cor branca.

II - Acessórios:

a) Deverá vir instalado no veículo (com fornecimento), equipamento de giroflex linear em led de alta potência, com componentes em alumínio e policarbonato, perfil baixo, com seletor de flash, cor âmbar, módulos de led dispostos na barra a garantir 360° de visibilidade, fixação ao teto do implemento através de garras ajustáveis e sapatas de borracha, com acionamento eletrônico, devidamente adaptado e em funcionamento;



b) Deverão vir instalados 2 holofotes direcionais (farol de trabalho), com giro manual horizontal e vertical, com acionamento eletrônico, em LED com potência mínima 15W, devidamente adaptados na traseira e em funcionamento.

5.3. EQUIPAMENTO DE PINTURA A FRIO – (IMPLEMENTO):

Equipamento destinado à demarcação viária, manual e automática, faixas e sinais regulamentadores de trânsito, com aplicação de tintas a frio com microesferas, pelo sistema combinado (premix) e/ou concomitante à pintura através de espargidores automáticos.

Os conjuntos de pintura (pistolas de tinta/microesferas), deverão ser montados em dois carrinhos de pintura escamotáveis sob a plataforma e inteiramente reguláveis, possibilitando que a demarcação seja feita sempre no sentido da mão de direção da pista (direito). A engenharia e configuração do equipamento, deverá contemplar todos os componentes e aspectos necessários para executar demarcações simultaneamente pelos dois lados de sua plataforma (eixo e bordo), utilizando somente as pré marcação do eixo, não sendo necessário fazer pré marcação dos bordos.

Por intermédio de 02 (DUAS) pistolas de pintura manual, instaladas com mangueiras independentes para amarelo e branco, este equipamento também deverá estar preparado para demarcar símbolos de trânsito (setas, ícones, mensagens, etc.).

5.3.1. DIMENSÕES BÁSICAS DA PLATAFORMA (CARROCERIA)

Plataforma com 6,00 m X 2,20 m X 2,10 m incluindo a cabine de transporte de pessoal, deverá ser construída em perfis metálicos com chapas corrugadas e tubos montados sobre estrutura em perfis, varanda protetora com escadas de acesso, tampa traseira, para-choques nos padrões de segurança vigentes, cobertura total e armários.

Adicionalmente, em volta do espaço total do teto do equipamento (6,00 m X 2,20 m) deverá ser construída uma varanda em tela de 15 cm de altura, a fim de abrigar e transportar gabaritos de pintura, placas, e outros acessórios de demarcação. O acesso a este espaço será através de uma escada portátil, instalada sempre que necessário.

5.3.2. TANQUES DE TINTA

02 Tanques com capacidade para 250 litros de tinta cada, pressurizados, em aço inoxidável para utilização também de tintas à base d'água, com dispositivo de segurança completo, agitador com acionamento hidráulico, batedor com pás que passem constantemente rente as paredes dos reservatórios, agitando totalmente a tinta neles contida homogenizando todo o material inclusive a micro-esfera do tipo 1, alimentando duas tubulações independentes e equipadas com filtro de impurezas e nata que possam estar contida na tinta, para aplicação manual e automática, permitindo utilização de duas cores simultaneamente.

5.3.3. TANQUES DE MICROESFERAS DE VIDRO:

01 Tanque pressurizado para microesferas de vidro com capacidade para 250 Kg, de acionamento automática, pistola, espalhadores, tubulação e o que mais se fizer necessário para que tenha uma capacidade de operar com duas pistolas de eixo e uma de bordo ao mesmo tempo, com vazão de 250 gramas de microesfera por metro quadrado em cada uma das pistolas de pintura. O Equipamento deverá possuir registros e válvulas de segurança de acordo com as normas técnicas (ABNT) e manômetros para medir a pressão.

5.3.4. TANQUE DE IMPRIMAÇÃO / CORREÇÃO:

01 Tanque para imprimação/correções em aço inox, pressurizado, com capacidade mínima para 40 litros de tinta, com mexedor hidráulico e boca de abastecimento independente do batedor (o que facilita o abastecimento). A tampa deverá ser fixada por grampos especiais na lateral do tanque garantindo uma



vedação eficiente e segura para o pessoal. Este tanque destina-se a serviços especiais, principalmente, pintura provisória e/ou correções e/ou imprimação.

5.3.5. TANQUE DE SOLVENTE:

01 Tanque de solventes, pressurizado, com capacidade para 25 litros, acoplado ao sistema de tinta, que por pressão atua nas tubulações e mangueiras, até as pistolas fazendo uma perfeita limpeza ao final do dia (instruções constam no manual técnico do equipamento).

IMPORTANTE: Os tanques pressurizáveis do equipamento deverão ser fabricados em conformidade aos padrões e procedimentos de projeto, soldas e testes hidrostáticos segundo norma NR-13 do Ministério do Trabalho.

5.3.6. SISTEMA HIDRÁULICO:

Sistema hidráulico, com circuito fechado acionado por bomba hidráulica simples acoplada ao motor do equipamento. Esta bomba acionará os carros pantográficos e os batedores dos tanques de tinta.

5.3.7. CARROS PANTOGRÁFICOS:

Dois (02) carrinhos pantográficos montados sob as laterais da plataforma, ambos escamotáveis sob a plataforma como gavetas através de movimento direcional hidráulico, preparados para operarem em larguras de até 4,20 metros entre ambas extremidades (super-largura), e movimento vertical com acionamento pneumático para baixar e levantar os conjuntos de pistolas do pavimento.

5.3.8. SISTEMA PNEUMÁTICO:

O sistema deverá ser abastecido por um compressor de ar portátil de parafuso assimétrico, com capacidade de 90 PCM de vasão contínua, preferencialmente ATLAS COPCO MOD XAS 47 OU CHICAGO CPS 90, ou similar. O ar comprimido ao sair do compressor, deverá passar por um sistema de filtragem onde será removido as partículas que ainda possuam água de condensação, após estar totalmente filtrado e limpo seguirá para o painel de distribuição onde estão montadas as válvulas reguladoras de pressão e o conjunto filtro regulador e lubrificador de linha, dotado de purgador automático e manômetros com glicerina para medir a pressão de trabalho com a máxima precisão. O manômetro geral indica a pressão disponível e a partir deve sair tomadas de ar aos reguladores de pressão, todos com manômetros indicativos das pressões reguladas, de acordo com a necessidade da operação. As saídas destes reguladores alimentam:

- **Tanques de tinta:** a pressão do ar forçará as saídas das tintas através de mangueiras distintas até as pistolas;
- **Pulverização das tintas e acionamento das pistolas:** proporcionam regulagem de “leque” de pintura; O motor-compressor tem válvula de alívio para regulagem automática de aceleração e desaceleração, que proporciona menor consumo de combustível bem como maior durabilidade:
 1. Tanques de microesferas
 2. Acionamento dos pulverizadores de microesferas;
 3. Pistola manual;

5.3.9. Painel de controle:

O painel de comandos deverá possuir todas as válvulas de controle e regulagem montada estrategicamente, para maior facilidade do operador, dotado dos seguintes instrumentos:

- conjunto filtro regulador / lubrificador;
- manômetros do compressor, pressão de pulverização e dos reservatórios de tinta;



• programador eletrônico e caixa de comandos, que permitam trocar de maneira rápida e fácil a cadência, (dimensão das faixas), que deram ser todas contidas no CTB ou no Manual de Sinalização horizontal DENATRAN.

5.3.10. Pistolas:

5.10.1. 03 (três) pistolas automáticas de pintura a frio, da marca Kamber modelo 84 ou similar de grande rendimento, bicos internos e externos intercambiáveis, em metal duro indeformável (tungstênio), operadas individualmente por ação pneumática à distância, que demarcam faixas com largura de 10 a 30 cm, com espessura uniforme.

5.10.2. 03 (três) pistolas automáticas de microesferas, espalhadoras de microesferas, marca Kamber mod. P-86 ou similar, colocadas de forma estratégica em relação às pistolas de tinta, permitindo distribuição constante e uniforme das microesferas sobre a tinta em qualquer velocidade, variando apenas a pressão do tanque. Os conjuntos de pintura (tinta/microesferas), são montados nos carrinhos pantográficos, ora à esquerda e ora a direita, permitindo a operação sempre no sentido da mão de direção da pista.

5.10.3. 03 (três) pistolas manuais de pintura a frio, da marca Kamber mod. 8 HR ou similar de alto rendimento e bico indeformável para demarcação manual de símbolos de trânsito, faixas de pedestre, estacionamentos, etc.

5.3.11. Programador:

Programador eletrônico de cadências, capaz de comandar simultaneamente a cadência de demarcação de tinta e microesferas. Cada pistola tem o seu sistema de controle independente, composto de uma chave seletora com duas posições (pintura contínua ou interrompida) e uma válvula de comando também com duas posições (pintar ou não pintar). O programador comandará automaticamente as pistolas nas pinturas das faixas interrompidas de acordo com a cadência pré-determinada, (programada). Deverá possibilitar todas as cadências previstas no CTB.

5.3.12. Guias de pré marcação:

Deverá vir acompanhado com o guia principal, na dianteira do caminhão e o guia secundário nos carrinhos laterais de suporte das pistolas, com setas ajustáveis indicativas das duas faixas, posicionando de tal forma a permitir ao motorista e ao operador alinhar com precisão e facilidade o conjunto de pistolas com a pré marcação.

5.3.13. Sinalização de segurança:

Além da sinalização regulamentar pelo CTB, deverá ser instalado sobre a parte mais alta do implemento na sua dianteira um sinalizador de barra na cor ambar com controle dentro da cabine do motorista. Deverá conter ainda um sinaleiro de segurança composto de um painel totalmente zebrado e com duas setas formadas por 8 lanternas de alta intensidade cada, que piscam alternadamente, para esquerda ou direita possibilitando indicar ao condutor em circulação o desvio a ser obedecido, localizado na parte superior traseira do implemento permitindo facilmente visibilidade, maior proteção da equipe, e segurança ao usuário condutor.

5.3.14. Resumo dos principais componentes:

Qtd	DESCRIÇÃO
1	COMPRESSOR DE AR PORTÁTIL DE PARAFUSO ASSIMÉTRICO, COM CAPACIDADE DE 90 PCM
2	TANQUES DE TINTAS PRESSURIZADOS COM CAPACIDADE DE 250 LITROS
1	TANQUE PRESSURIZADO PARA IMPRIMAÇÃO COM CAPACIDADE DE 40 Litros



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1	RESERVATÓRIO PARA MICRO ESFERAS COM CAPACIDADE DE 250Kg
1	PROGRAMADOR ELETRÔNICO DE CADÊNCIAS
3	PISTOLAS AUTOMÁTICAS DE PINTURA A FRIO
3	PISTOLAS AUTOMÁTICAS DE MICROESFERAS,
3	PISTOLAS MANUAL DE PINTURA Á FRIO

5.4. ATESTADOS:

O vencedor do certame deverá apresentar pelo menos dois atestados de capacidade técnica, acompanhado de nota fiscal, comprovando o fornecimento de implemento compatível com o especificado. No caso dos implementos deverá ocorrer o mesmo, porém os atestados deverão estar em nome do fabricante.

5.5. CONSIDERAÇÕES GERAIS:

5.5.1. Os veículos / equipamentos deverão ter assistência técnica disponível, (localizados), a uma distância máxima de 500 Km, visando facilitar e agilizar qualquer atendimento de manutenção ou garantia em um tempo máximo de 06:00 horas.

5.5.2. Quaisquer modificações de capacidade ou layout do projeto original, se possível tecnicamente, deverão previamente consultadas e acordadas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

5.5.3. Sob justificativa técnica (CONTRATADA), o objeto poderá sofrer alterações estruturais e de ordem técnica, desde que a CONTRATANTE seja devidamente comunicada e oficialmente autorizada pela mesma.

5.5.4. O veículo deverá ser entregue emplacado como “veículo oficial” da prefeitura de Juiz de Fora.

5.6. ENTREGA:

5.6.1 - Entrega física:

A entrega física do objeto deste Termo de Referência será realizada na data e local escolhido pela CONTRATANTE. Junto a entrega do equipamento, deverá ser entregue toda documentação, como:

- Manual de Operação contemplando todas as relevantes informações de uso e manutenção;
- Ficha Técnica destacando as especificações técnicas, medidas e fornecedores dos componentes empregados;
- Data Book com os laudos e testes dos vasos de pressão do equipamento.
- Nota fiscal dos implementos e manual.

5.6.2. Entrega técnica:

I - A entrega técnica do equipamento deverá ser realizada no local de trabalho (CONTRATANTE), onde deverá ser enviado um técnico credenciado pela CONTRATADA para ministrar treinamentos práticos de operação e manutenção básica do equipamento, durante o tempo necessário para transferência de conhecimento por no máximo 10 (dez) dias, permitindo verificar na prática as particularidades exigidas na operação. É imperativo que nesta ocasião, todos os materiais (tintas, microesferas, solventes, etc) estejam presentes, e a equipe de operação previamente formada.



II - Durante o período desta assessoria o técnico capacitará a equipe de operação nas atividades do equipamento, como também orientará a respeito das manutenções preventivas e corretivas necessárias. Ao final deste treinamento, o CONTRATANTE deverá diplomar os funcionários com certificados de conclusão, respectivos a cada funcionário participante do treinamento.

III - Todas as despesas com fretes, entrega técnica e treinamento da equipe deverão estar cobertas na proposta apresentada.

IV - Após a Entrega Técnica, durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá subsidiar (despesas com traslado, hospedagem e alimentação) a assessoria técnica a qualquer tempo (agendamento acordado entre as partes) sempre que o cliente necessitar em até 03 (três) solicitações.

5.7. GARANTIAS:

I - Deverá ser fornecido um **CERTIFICADO DE GARANTIA** do veículo, funcionamento e construção do equipamento, válido para o prazo mínimo de 2 (dois) anos, constando todas as cláusulas de validade cabendo a CONTRATADA substituir ou reparar, dentro desse prazo, qualquer peça que se tornar imprestável por comprovada falha de material ou defeito de fabricação.

II - Uma vez que comprovado, que quaisquer dos problemas supracitados foram causados por mau uso do equipamento, negligência ou não cumprimento do manual de Operação e Manutenção ao cliente, todas as despesas e custos com substituição dos componentes, viagens e estadias serão por conta da CONTRATANTE.

III - A garantia referente ao compressor, componentes hidráulicos e/ou o que mais houver em partes e peças de terceiros, deverão ser repassadas através dos certificados ou notas fiscais dos próprios fabricantes, cobertos pela rede e assistência técnica local credenciada pelos fabricantes.

IMPORTANTE: As engenharias dos componentes empregados deverão estar enquadradas nos padrões e normas do **INMETRO**.

6. RECURSO ORÇAMENTÁRIO E PREVISÃO FINANCEIRA:

6.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº 141100 – 26.782.0014.2197.0000 – 4.4.50.52 – 157.000.000

7. DA ENTREGA:

7.1. O objeto adquirido deverá ser entregue conforme subitem 5.6.1, no prazo de até **120 (cento e vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho/Ordem de fornecimento.

7.2. O responsável competente para conferir, aprovar e receber o objeto contratado é o funcionário Luciano Augusto da Fonseca “Supervisor de Sinalização Viária”, salvo quando se tratar de materiais, peças e/ou equipamentos solicitado por outras supervisões, observado os arts. 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3. O objeto deverá ser inspecionado no ato da entrega, sendo rejeitados aquele que não estiver de acordo com o Termo de Referência.

7.4. Cabe ao comprador aceitar total ou parcialmente o fornecimento, em vista dos resultados de inspeção visual e independente de ensaios.

7.5. Não será aceito objeto que não esteja adequado para o uso como: peças danificadas, usadas ou quaisquer outras desconformidades em relação ao Termo de Referência.

7.6. A SMU reserva-se o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto no Termo de Referência.



8. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE RESCISÃO:

8.1. Os objetos entregues pela LICITANTE VENCEDORA, deverá, dentre outros critérios, averiguar o seguinte:

8.1.1. A fiel observância das especificações constantes deste Edital e deste Termo de Referência.

8.2. Constatados quaisquer problemas nos materiais entregues, estes, serão devolvidos à LICITANTE VENCEDORA, que deverá proceder à sua adequação e/ou substituição, no prazo de 30(Trinta) dias a partir da data de rejeição do material.

8.2.1. Não serão pagos os materiais que estiverem em desacordo com o especificado no item 4 e 5 deste Termo de Referência.

8.3. A contratação poderá ser rescindida:

I. Por ato unilateral e escrito da SMU, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

8.4. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.5. Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da LICITANTE VENCEDORA, a SMU responderá pelo valor devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela LICITANTE VENCEDORA, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Processo: Ano: Diretoria:

93403 2021 SMU

Item	Qtidade	Código	Unidade	Especificação Detalhada	Unitário	Estimado
1	1,00	123500002	Unidade	Caminhão do tipo ¾, tração 4X2, na cor branca, cabine simples, 0 km, equipado com motor de 4 cilindros em linha, diesel, potência mínima aproximada de 175 cv e 2.600rpm, no mínimo com 3.800 cilindradas, entre eixos de 4.400mm, rodado dianteiro simples e traseiro duplo, freio dianteiro e traseiro a tambor, tanque de combustível de no mínimo 100 litros, ar-condicionado, vidros verdes, chave codificadora, com rádio AM/FM, sinalizador do tipo “barra de led” na cor âmbar instalado sobre o implemento, Pbt mínimo aproximado de 10.000kg, IMPLEMENTADO COM CABINE SUPLEMENTAR PARA TRANSPORTE DE PESSOAL E EQUIPAMENTO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL A FRIO	1.307.250,6	1.307.250,60

Total Estimado do Processo: R\$ 1.307.250,60 (Um milhão, trezentos e sete mil, duzentos e cinquenta reais e sessenta centavos)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 389/2021 – SMU

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)

O (a), neste ato representado por seu(ua), Sr(a)., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência da de, neste ato representada por seu(ua)(a) Sr(a). brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº e Secretária, neste ato representada por seu Sr. brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº, doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr. CPF nº, RG nº doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº/.....**, conforme consta do **processo** administrativo eletrônico nº/....., firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a **aquisição de 1 veículo automotor, com adaptação**, conforme especificações do edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 389/2021**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. Integram ainda este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo Licitatório Eletrônico nº 93.403/2021 – Pregão Eletrônico nº 389/2021

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ (.....), conforme preço registrado e quantitativos da UG, que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores unitários os seguintes:

Item	Quant.	Descrição	Valor unitário	Valor total
			R\$	

2.2. Estão inclusos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

2.3. O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela SMU, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta, em que deverá ser efetivado o crédito:
BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

2.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

2.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a SMU autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

2.4.2. A SMU poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

2.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item **2.4.2.**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

2.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

2.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

2.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

2.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.7. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

2.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

2.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação nº

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1. O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O contrato terá vigência de 5 (cinco) meses a contar da data de sua assinatura.



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM

3.5. O objeto entregue pela Contratada, deverá, dentre outros critérios, averiguar o seguinte:

3.5.1. A fiel observância das especificações constantes do Edital e do Termo de Referência.

3.5.2. Constatados quaisquer problemas nos materiais entregues, estes, serão devolvidos à contratada, que deverá proceder à sua adequação e/ou substituição, no prazo de 30(trinta) dias a partir da data de rejeição do material.

3.5.3. Não serão pagos os materiais que estiverem em desacordo com o especificado.

3.6. A contratação poderá ser rescindida:

I. Por ato unilateral e escrito da SMU, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

3.7. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

3.8. Ocorrendo a rescisão da contratação e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, a SMU responderá pelo valor devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela contratada, ou dos produtos entregues, até a data da rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA, DO PRAZO E GARANTIAS

4.1. ENTREGA:

4.1.1. Entrega física:

4.1.1.1A entrega física do objeto do Edital será realizada na data e local escolhido pela CONTRATANTE. Junto a entrega do equipamento, deverá ser entregue toda documentação, como:

- a. Manual de Operação contemplando todas as relevantes informações de uso e manutenção;
- b. Ficha Técnica destacando as especificações técnicas, medidas e fornecedores dos componentes empregados;
- c. Data Book com os laudos e testes dos vasos de pressão do equipamento.
- d. Nota fiscal dos implementos e manual.

4.1.2. Entrega técnica:

I - A entrega técnica do equipamento deverá ser realizada no local de trabalho (CONTRATANTE), onde deverá ser enviado um técnico credenciado pela CONTRATADA para ministrar treinamentos práticos de operação e manutenção básica do equipamento, durante o tempo necessário para transferência de conhecimento por no máximo 10 (dez) dias, permitindo verificar na prática as particularidades exigidas na operação. É imperativo que nesta ocasião, todos os materiais (tintas, microesferas, solventes, etc) estejam presentes, e a equipe de operação previamente formada.

II - Durante o período desta assessoria o técnico capacitará a equipe de operação nas atividades do equipamento, como também orientará a respeito das manutenções preventivas e corretivas necessárias. Ao



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

final deste treinamento, o CONTRATANTE deverá diplomar os funcionários com certificados de conclusão, respectivos a cada funcionário participante do treinamento.

III - Todas as despesas com fretes, entrega técnica e treinamento da equipe deverão estar cobertas na proposta apresentada.

IV - Após a Entrega Técnica, durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá subsidiar (despesas com traslado, hospedagem e alimentação) a assessoria técnica a qualquer tempo (agendamento acordado entre as partes) sempre que o cliente necessitar em até 03 (três) solicitações.

4.2. O objeto adquirido deverá ser entregue no prazo de até **120 (cento e vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho/Ordem de fornecimento.

4.3. O responsável competente para conferir, aprovar e receber o objeto contratado é o funcionário Luciano Augusto da Fonseca “Supervisor de Sinalização Viária”, salvo quando se tratar de materiais, peças e/ou equipamentos solicitado por outras supervisões, observado os arts. 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.4. O objeto deverá ser inspecionado no ato da entrega, sendo rejeitados aquele que não estiver de acordo com o Edital.

4.5. Cabe ao comprador aceitar total ou parcialmente o fornecimento, em vista dos resultados de inspeção visual e independente de ensaios.

4.6. Não será aceito objeto que não esteja adequado para o uso como: peças danificadas, usadas ou quaisquer outras desconformidades em relação ao Edital.

4.7. A SMU reserva-se o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto no Edital.

4.8. GARANTIAS:

I - Deverá ser fornecido um **CERTIFICADO DE GARANTIA** do veículo, funcionamento e construção do equipamento, válido para o prazo mínimo de 2 (dois) anos, constando todas as cláusulas de validade cabendo a CONTRATADA substituir ou reparar, dentro desse prazo, qualquer peça que se tornar imprestável por comprovada falha de material ou defeito de fabricação.

II - Uma vez que comprovado, que quaisquer dos problemas supracitados foram causados por mau uso do equipamento, negligência ou não cumprimento do manual de Operação e Manutenção ao cliente, todas as despesas e custos com substituição dos componentes, viagens e estadias serão por conta da CONTRATANTE.

III - A garantia referente ao compressor, componentes hidráulicos e/ou o que mais houver em partes e peças de terceiros, deverão ser repassadas através dos certificados ou notas fiscais dos próprios fabricantes, cobertos pela rede e assistência técnica local credenciada pelos fabricantes.

IMPORTANTE: As engenharias dos componentes empregados deverão estar enquadradas nos padrões e normas do **INMETRO**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Unidade Requisitante:

17.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da SMU, responsável pela fiscalização do contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.1.2. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

5.1.3. Proporcionar condições a contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

5.1.4. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

5.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.1.7. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto deste Contrato.

5.1.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

5.1.9. Efetuar o pagamento a contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

5.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

5.2.1. Entregar, pelo preço contratado, os serviços objeto do Edital, segundo as necessidades e requisições da SMU.

5.2.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da SMU.

5.2.3. Entregar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

5.2.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

5.2.5. Comunicar imediatamente a SMU, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

5.2.6. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

5.2.7. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a SMU de quaisquer ônus e responsabilidades.

5.2.8. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Os casos de inexecução do objeto deste **contrato**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;

c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

6.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pela SMU ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da SMU.

7.2. A SMU atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos a contratada.

7.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste instrumento, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

CLÁUSULA OITAVA DA CESSÃO



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

8.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretense cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

8.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

**CLÁUSULA NONA
DAS COMUNICAÇÕES**

9.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

**GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)
EMPRESA
Representante Legal
Cargo**

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 389/2021 - SMU

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 389/2021 - SMU

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 389/2021**, assim como tem pleno conhecimento do
objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 389/2021 - SMU

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 389/2021 - SMU

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.